

Inflação ficará abaixo de 8%

Sem mudanças à vista, câmbio mantém tendência de queda

por Maria Aparecida Damasco
de São Paulo

Os números divergem, mas a tendência é única: em todas as projeções de desempenho da economia em 1997, a inflação aparece em queda. Salvo qualquer contratempo – e contratempo de grande dimensão –, as taxas de inflação continuarão em queda no ano que vem. Tanto as que medem o comportamento dos preços por atacado como as que acompanham os preços ao consumidor.

Não está à vista uma mudança substancial na política cambial: diante da persistente vulnerabilidade do quadro fiscal, o câmbio continuará funcionando como o grande pilar da estabilização monetária. Ao que tudo indica, o governo tentará reduzir as pressões sobre a balança comercial calibrando o nível da atividade econômica e não recorrendo a acelerações nas desvalorizações cambiais. Por isso, as expectativas para o ano

que vem são de uma inflação da ordem de 6% a 8%, no preços ao consumidor, e de praticamente metade disso, nos preços por atacado.

Em 1996, o governo teve a grata surpresa de ver suas expectativas de inflação frustradas. E não para pior, como aconteceu com os indicadores de finanças públicas e de comércio exterior. As previsões oficiais, na virada do ano, eram de uma inflação próxima a 15%, nos Índices de Preços ao Consumidor (IPCs).

Em meados de 1996, surgiram as primeiras indicações de que a inflação poderia chegar à civilizada marca de um dígito – no caso específico dos índices de preços por atacado, o que já seria um feito admirável. Agora, porém, há fortes possibilidades de que mesmo índices de preços ao consumidor fiquem abaixo dos 10%.

O desempenho superfavorável da inflação neste ano pode ser atribuído a dois fatores. Antes de mais nada, à desindexação – que passou da

legislação à vida real com maior velocidade do que se previa, estimulada pelo desaquecimento da atividade econômica. A desindexação pegou em cheio nos salários, mesmo nas categorias mais poderosas.

O esfriamento do mercado contribuiu também para uma maior convergência dos preços (ver tabela). Aluguéis e preços de serviços haviam simplesmente enlouquecido na fase de euforia de consumo do pós-Real, favorecidos pela inexistência de concorrência com importados – ao contrário do que ocorreu com os produtos agrícolas e industriais. Neste ano, contudo, começam a dar sinais de acomodação. A grande pressão sobre a inflação é, no momento, o comportamento dos preços públicos. No caso do custo de vida paulistano, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), a metade da inflação registrada no ano deve-se à elevação dos preços públicos. ■

A dança dos preços

(Economia brasileira e perspectivas 1996-1997)

	Preços ao consumidor				
	Públicos	Oligopólios	Competitivos	Serviços	Aluguéis
Jun 94	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Set	107.3	101.6	114.2	116.6	133.9
Dez	106.7	104.2	128.6	134.4	181.5
Mar/95	108.1	107.7	127.4	148.4	239.3
Jun	113.5	113.8	131.9	172.9	309.9
Set	123.7	117.8	132.3	188.9	406.9
Dez	129.1	122.8	133.4	204.1	472.7
Mar/96	138.1	124.3	130.0	207.9	507.6
Jun	148.4	127.1	135.5	219.1	554.0
Set	157.1	125.4	134.6	226.8	604.2
Nov	158.3	124.9	137.3	230.0	617.7
Acumulado					
Jan-Dez 95	20,98%	17,8%	3,78%	51,84%	160,45%
Jan-Nov 96	22,65%	1,69%	2,90%	12,66%	30,68%

Fontes: FGV, Fipe, CNI e Banco Central
Elaboração: DEC/CNI